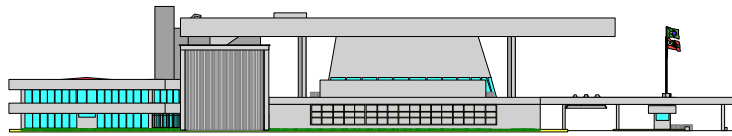


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 30 DE ABRIL DE 2009

NÚMERO 6.028

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Elizeu Mattos - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2028
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Atos da Mesa**

Ata da Presidência DL.....2

Publicações Diversas

Audiência Pública.....2

Atas das Comissões

Permanentes8

Aviso de Resultado9

Aviso de Licitação9

Extrato.....10

Ofícios.....10

Projetos de Lei11

ATOS DA MESA**ATO DA PRESIDÊNCIA DL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 014-DL, de 2009**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

PRORROGA o prazo da licença do Senhor Deputado Julio Garcia, concedida a partir de 2 de março do corrente ano, por um período de sessenta dias, para tratar de assuntos particulares, por mais quinze dias.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 14 de abril de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, PARA DISCUTIR SOBRE A FEDERALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ASSISTENCIAL DE FRAIBURGO, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2009, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Boa-noite.

Em nome do Parlamento catarinense, damos boas-vindas a todos.

Foi deliberada por unanimidade no plenário da Assembleia Legislativa a realização desta audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto para ouvir as lideranças desta região sobre a importância de se implantar uma escola técnica federal aqui neste espaço.

Convidamos para compor a mesa o nosso anfitrião, o padre Wilson Maiorki, presidente da Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo (Feaf/Ceproff); o professor Sandro Morando, superintendente da Feaf/Ceproff; o senhor Rui Vital Batagelo, representando o prefeito da querida cidade de Fraiburgo; o senhor Antônio Raitani Junior, pró-reitor de Relações Institucionais do Instituto Federal Catarinense, representando o reitor; o senhor Derci Pascoalotto, representando a senadora Ideli Salvatti; o senhor Paulo Hentz, diretor de implantação do *campus* do Ifet de Videira; o senhor Ricardo Velho, professor do Ifet de Rio do Sul, representando o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica Federal; o senhor Gentil Marini, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo, repre-

sentando o deputado federal Cláudio Vignatti; o senhor Roberto Bonenberger, representando o deputado estadual Padre Pedro Baldissera; e a senhora Angelina Spautz, secretária de Educação do Município de Lebon Régis, representado o prefeito.

Registramos a presença do senhor Carlos Renato Oliveira, pró-reitor de Relações Empresariais e Comunitárias do Instituto Federal Catarinense; do senhor Edemar Müller, pastor da Igreja Luterana do Brasil, representando o Conselho das Igrejas Cristãs; do senhor Paulo Afonso Ferraz, gerente do Banco do Brasil de Fraiburgo; da senhora Marli Terezinha Cardoso Córdova, representando a Associação dos Amigos Pró-Memória Padre Biagio Simonetti (Aprobs); do senhor Ângelo Benincá, representando o Sindicato dos Produtores Rurais de Fraiburgo; da senhora Rosa Bogoni, coordenadora de ensino do Ifet de Videira; do senhor Rogério Luiz Kerber, diretor de ensino do Ifet de Videira; do senhor Rubens Kuchembecker, chefe de gabinete da reitoria do Instituto Federal Catarinense; do senhor Valcir Gaio, conselheiro do Ceproff, representando o CDL de Fraiburgo.

Gostaria de consultar os participantes desta audiência pública sobre a metodologia que pretendemos adotar para agilizar o nosso trabalho: inicialmente ouviremos o padre Wilson, que fará um histórico da Fundação e falará sobre a realidade local, os desejos, as posições e os encaminhamentos; depois, o Derci, que falará um pouco da perspectiva da expansão das escolas técnicas federais, da questão do ensino superior no Estado neste último período; na sequência, os representantes das entidades ligadas aos institutos tecnológicos, ao Cefet/Ifet, que mostrarão o que significa na prática as transformações que estão ocorrendo; e, por último, abriremos a palavra aos demais

participantes da mesa e à plenária. Ou seja, como esta é uma audiência pública, todas as posições de vocês serão respeitadas e ouvidas.

Pode ser assim? (*Todos os participantes aquiescem.*)

Com a aquiescência de todos, vamos ouvir agora o padre Wilson, por até dez minutos.

O SR. WILSON MAIORKI - Boa-noite a todos.

Para nós é uma grande satisfação poder realizar, juntamente com a assessoria do deputado Pedro Uczai, esta audiência pública no sentido de buscar um direcionamento para as questões da Fundação e a possível federalização da escola, propriamente o Ceproff.

Quero cumprimentar toda a mesa, as demais lideranças, os alunos, os professores, a comunidade, enfim, todos aqueles que estão se interessando pela questão Feaf/Ceproff.

Nós estamos trabalhando com a Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo mais especificamente desde 8 de abril de 2008, quando, como membro do conselho curador, fui eleito presidente. Enfim, na reunião do conselho em que fui eleito presidente procuramos, de imediato, tomar posse da situação. Chamamos algumas pessoas para trabalhar conosco diretamente: o Sandro Morando, como superintendente da Fundação, bem como alguns colaboradores, como a Neusa Balestrin e o Marcos Ferreira.

Nós assumimos a Fundação com o objetivo de fazer com que ela pudesse continuar prestando o serviço de educação de qualidade que sempre se propôs, desde a sua fundação.

A maioria dos senhores que mora aqui em Fraiburgo comece a história da Fundação, sabe que ela nasceu de um grande anseio do padre Biagio Simonetti. Ele lutou muito para que essa fundação pudesse oferecer sempre um ensino de qualidade, atendendo aos anseios da população de Fraiburgo, já que sempre foi um homem pela educação. Quem o conheceu sabe que isso é verdade.

O projeto do padre Biagio Simonetti era fazer com que a população de Fraiburgo pudesse ter um colégio em que essa educação fosse oferecida. Ele deu a sua vida por essa escola, juntamente com outras pessoas. Chegou o momento em que houve transição no comando da direção da escola, várias mudanças no período da existência da Fundação, até que no finalzinho de 1999, mais ou menos, uma equipe que a estava coordenando elaborou um projeto de educação profissional, indo ao encontro daquilo que na época o governo estava oferecendo como projeto de expansão do ensino profissionalizante, no período do governo FHC.

Nós sabemos que esse processo foi um tanto quanto moroso, havendo nesse período em que o projeto estava andando a mudança de governo, quando foi feita a revisão de todos os projetos que as entidades tinham enviado para o MEC, Proep, FNDE. O projeto de educação profissional da Feaf também sofreu alterações. Com isso, demorou um pouco mais para que os recursos fossem liberados para que se implantasse o projeto.

Em 2005, 2006, os recursos para as obras e para a compra de equipamentos foi efetivado com uma redução de valores - passava de R\$ 3 milhões o pedido, mas chegaram R\$ 2.370 milhões. Enfim, a equipe procurou administrar essas verbas através da execução das obras, que foram acontecendo. A população pôde acompanhar o andamento das obras, mas existiram algumas irregularidades, algumas situações administrativas que impediram que fossem totalmente concluídas - até o dia de hoje as obras não foram concluídas, por isso os cursos que estavam previstos no projeto do Ceproff, basicamente três, informática, celulose e papel e fruticultura, não puderam ser oferecidos. Com isso, algumas situações também que vinham se arrastando na administração da Feaf e um problema sério, um passivo muito grande de endividamento. Esse endividamento acabou provocando dificuldades administrativas. E nós, quando assumimos a Fundação, assumimos esse passivo, com o projeto e os cursos para serem oferecidos, o que não pudemos fazer no ano de 2008, como o MEC, Proep e FNDE estavam exigindo, porque o projeto Ceproff foi encaminhado para esta Fundação através de dinheiro público, através de investimento do governo federal, dinheiro do contribuinte. O governo passou a nos cobrar de maneira efetiva o oferecimento dos cursos para a população. Não podendo fazer isso, as tratativas passaram a acontecer de outra forma, apresentando-se outras possibilidades para que os cursos fossem realmente oferecidos. Com o Sandro e a equipe de colaboradores procuramos discutir sempre qual o melhor encaminhamento para a Fundação, junto com o conselho curador, que procurou também participar diretamente das decisões no que se refere a outros encaminhamentos e possibilidades para que a escola oferecesse efetivamente ensino técnico gratuito ou com 50% de gratuidade, como era a proposta.

Como não conseguimos definir os encaminhamentos e iniciar os cursos a partir das exigências do MEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, surgiu a possibilidade de se federalizar o ensino técnico, federalizar o Ceproff. Tivemos várias reuniões, vários encontros com os responsáveis por essa área, com o pessoal de Brasília, com o pessoal que está diretamente ligado a questões

políticas da questão da educação e chegamos à conclusão de que a melhor solução para a Fundação hoje é realmente a federalização, fazer do Ceproff uma escola federal de educação.

Então, estamos aqui com essa proposta para apresentar para a comunidade, buscar o apoio da comunidade. No nosso entendimento, esse é melhor caminho, até porque supera as expectativas do Ceproff, federalizando o ensino técnico supera, porque o projeto inicial era de 50% de gratuidade e com a federalização passa a ser de 100% para os filhos desta terra e região, porque também temos que olhar que a Fundação, enquanto mantenedora do Ceproff, não atende somente a população de Fraiburgo, mas, também, dos municípios circunvizinhos, o que é muito importante.

Nós queremos ouvir da comunidade hoje se realmente existe apoio para esses encaminhamentos. Mesmo se não formos nessa direção de federalização, com a cessão de uso das instalações na parte do Ceproff, que está envolvido convênio com o governo federal, não acontecendo isso, a Fundação passa por um processo de auditoria mais profundo, o que vai acarretar na devolução dos recursos aplicados aqui, o que implicaria perder todo o patrimônio que existe hoje na Fundação. A proposta é de cessão por 25 anos. O governo faria também os investimentos necessários para a conclusão da obras e outros investimentos e a Fundação permaneceria com o patrimônio, não o entregaria, não é doação, é cessão, e com isso resolveríamos esse assunto da oferta dos cursos para a população. E nós continuaríamos administrando aquilo que é próprio da Fundação.

Isso é um pouco o histórico que gostaríamos de apresentar.

Agradeço a todos pela presença mais uma vez. Que possamos encontrar o melhor caminho para essa escola. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, padre Wilson.

Quero comunicar a justificativa de ausência do vereador José Buffon, vice-presidente da Câmara de Vereadores de Fraiburgo, em função de estar participando de outra audiência neste momento; e do deputado estadual Joares Ponticelli e do deputado federal Paulo Bornhausen, em virtude de compromissos assumidos anteriormente.

Passo agora a palavra ao Derci Pascoalotto, representando neste ato a senadora Ideli Salvatti.

O SR. DERCÍ PASCOALOTTO - Em nome da senadora Ideli Salvatti, quero cumprimentar todas as pessoas que estão aqui para discutir a questão do Ifet e a situação da Fundação; o deputado Pedro Uczai, presidente da Comissão de Educação da Alesc; o padre Wilson e o Sandro, representantes da Fundação; o Rui, representante do prefeito de Fraiburgo; a Angelina, representante do prefeito de Lebon Régis; o Antônio Junior, pró-reitor de Relações Institucionais do Instituto Federal Catarinense, que vai trabalhar muito nesta região; o Paulo Hentz, diretor de implantação do *campus* do Ifet de Videira; o professor Ricardo; o Gentil, representando o deputado federal Cláudio Vignatti; e o Roberto, representando o deputado estadual Padre Pedro Baldissera.

Primeiramente eu gostaria de pedir desculpas por a senadora não poder estar aqui. Ela queria muito estar presente neste momento, mas, em função de compromissos em Florianópolis hoje e amanhã, não foi possível. De qualquer forma, vou tentar apresentar agora para vocês rapidamente como foram os investimentos do governo Lula em Santa Catarina no que diz respeito ao ensino tecnológico de 2º grau e ao ensino superior federal.

(*Procede-se à apresentação de imagens.*)

Como era e como está hoje, a partir da atuação do governo federal e do governo Lula, a expansão do ensino federal tecnológico em Santa Catarina?

Em 2003 nós tínhamos em Santa Catarina, no que diz respeito ao ensino federal, a seguinte situação: a Universidade Federal de Santa Catarina lá na Ilha, apenas na Ilha; a Escola Técnica de Florianópolis, também na Ilha; a Escola Técnica Federal de São José; e a Escola Técnica Federal de Jaraguá do Sul. Além das três escolas técnicas, tínhamos três escolas agrotécnicas federais, a de Concórdia, a de Sombrio e a de Rio do Sul; e dois colégios agrícolas, que eram ligados à Universidade Federal, o colégio de Araquari e o de Camboriú.

Essa era a situação então do ensino federal até 2003. A partir daí, tivemos a primeira questão colocada em Santa Catarina, qual seja, a criação dos polos da Universidade Federal de Santa Catarina. Essa foi uma iniciativa da Universidade Federal com o apoio do deputado Jorge Boeira, do sul do Estado, que empenhou num único ano toda a sua emenda parlamentar para poder viabilizar os polos. E hoje temos quatorze polos da universidade com cursos espalhados no Estado todo, uma presença da Universidade podendo auxiliar, principalmente, na formação dos professores do Estado.

Após isso, a Universidade também debateu, estudou e está abrindo três *campi* novos fora da Ilha. O primeiro, em Araranguá, que já está com a construção quase pronta; o de Curitiba, que já iniciou o processo de construção; e o de Joinville, que ainda não começou a construção. Os três estão com vestibular previsto para o mês de junho, para começar o curso em agosto. Portanto, a Universidade Federal de Santa Catarina também se colocando no interior do Estado para atendimento da população.

Temos outra coisa muito importante no Estado de Santa Catarina: a segunda Universidade Federal, que vai ter sede em Chapecó, e aí um trabalho incansável do deputado federal Vignatti e do deputado Pedro, que batalharam enormemente para que essa pudesse ser uma realidade em Santa Catarina.

A Universidade da Fronteira Sul também está em fase de implantação, início de construção, com vestibular previsto e início dos cursos em 2010. Portanto, mais uma universidade em Santa Catarina, que atuará também no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Quanto às escolas técnicas, como já falei, tínhamos três, Florianópolis, São José e Jaraguá do Sul, e aí aos poucos foram sendo criados pelo projeto do governo federal, pela atuação do MEC, e a partir de 2010 vamos ter os Ifets, que eram as antigas escolas técnicas. Vamos ter uma unidade em São Miguel do Oeste; uma em Chapecó, que já está em funcionamento há dois anos, em virtude de um trabalho intenso do deputado Vignatti; uma em Canoinhas; uma em Caçador, que é uma extensão; uma em Lages, com extensão em Urupema; uma em Joinville, que também já está funcionando; uma em Gaspar; uma em Itajaí; uma em Criciúma; e uma em Araranguá. Essas são hoje as unidades do Ifet federal de Santa Catarina, cuja reitoria ficará em Florianópolis. Então, vejamos o salto que se deu: de três, passamos para esse número que estará colocado até 2010.

O segundo Ifet, que é o Ifet Federal Catarinense, cuja reitoria ficará em Blumenau, vai congregar as seguintes unidades: a Escola Técnica de Concórdia, com a extensão de Videira, que será também uma unidade, será independente logo mais - e aí vamos ver da possibilidade de mais uma extensão de Videira, que é um círculo que está lá, que vocês já devem imaginar que deva ser Fraiburgo, e espero que esta audiência indique isso, encaminhe para isso; a unidade de Rio do Sul; a unidade de Sombrio; a unidade de Camboriú; a unidade de Araquari; e a unidade de Ibirama, que está sendo implantada agora, por enquanto, como extensão de Rio do Sul.

Esse é um salto que demos aí do ponto de vista do segundo Ifet.

Este aqui é o quadro de 2003, novamente, de como vai ficar a expansão com as universidades e os dois Ifets implantados em Santa Catarina.

Essa apresentação foi para mostrar o investimento que o governo federal está fazendo em Santa Catarina na questão das universidades e dos Ifets, ressaltando que os Ifets poderão ter cursos superiores em todas as suas unidades. Portanto, serão 50% das matrículas para o ensino médio e 50% para o ensino superior em todas as unidades, quando constituídas. Nós temos os três *campi* da Universidade Federal, a nova universidade e mais os *campi* dos dois Ifets, proporcionando também ensino médio e ensino superior, cursos superiores de licenciatura e de bacharelado, o que mostra a atuação do governo federal na questão da expansão do ensino em Santa Catarina.

Quero dizer que a senadora foi uma das que mais batalhou para que isso se tornasse realidade. Em três anos, das emendas da senadora, vieram R\$ 39,2 milhões para poder tornar isso realidade. É claro que a atuação do governo federal, da senadora, do deputado Vignatti, do deputado Boeira e de vários deputados estaduais, como o Pedro, encontrou eco nos diretores, nos professores e nos funcionários das escolas existentes, que abraçaram essa causa com entusiasmo, sendo hoje responsáveis por essa expansão tanto quando o governo. Se não houvesse essa unidade entre governo, políticos, professores, diretores e funcionários dessas escolas todas e população, não teríamos essa realidade.

Então, espero que Fraiburgo também, dentro das próprias condições, possa ter, primeiramente, uma extensão e, depois, uma unidade do Ifet Federal Catarinense.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Derci, que falou em nome da senadora para mostrar um pouco o histórico da expansão das escolas técnicas federais. É com orgulho que nós o escutamos, porque, temos que fazer justiça, a senadora foi uma das principais protagonistas de quase R\$ 40 milhões para investimento nas escolas técnicas federais.

Gostaria de registrar a presença de representantes da Associação Paulo Frei de Educação e Cultura Popular de Fraiburgo (Apafec), da Associação Vital de Karatê-dô; de alunos e professores da Escola Estadual Gonçalves Dias; de professores da Escola Estadual São José e da Escola Padre Biagio; e de representantes do Sinte.

Muito obrigado, vocês serão os protagonistas, os alunos aqui!

Gostaria de dizer a vocês que estamos contando com a presença aqui de muitos profissionais da Assembleia Legislativa: a equipe de taquigrafia das Comissões, a equipe da imprensa, a equipe da TVAL, que vai transmitir para o Estado inteiro esta audiência pública, e a equipe da Comissão de Educação. São esses profissionais que nos dão a condição de realizar esta audiência pública.

Com a palavra, por até dez minutos, o companheiro Antônio Raitani Junior, pró-reitor de Relações Institucionais do Instituto Federal Catarinense, neste ato representando o reitor.

O SR. ANTÔNIO RAITANI JUNIOR - Boa-noite a todos. É uma satisfação estar aqui.

Inicialmente eu gostaria de cumprimentar o deputado Pedro Uczai pela forma como esta audiência está sendo conduzida e os demais componentes da mesa, especialmente ao Derci, pela brilhante exposição, que deu a ideia a todos nós aqui do quanto está privilegiado o nosso Estado em termos de educação em todos os níveis. Como já foi comentado, precisou um presidente sem curso superior para ter essa visão de crescimento, a visão de que só se constrói o futuro, o desenvolvimento através da educação.

O Derci colocou com muita propriedade que sem o apoio dos diretores, dos professores e dos servidores dessas escolas que já existiam nada disso seria possível. A gente tem certeza de que tudo isso foi levado a efeito porque a Rede Federal de Educação Profissional sabe dar respostas. É uma rede pública gratuita de qualidade inquestionável que tem contribuído com o desenvolvimento do País ao longo dos anos. E se ela é tão eficiente, eficaz, por que não ampliá-la?

Há três anos, nós tínhamos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica 140 escolas, passamos para 354 em 2008 e estamos chegando a 380 - já se fala em 500 escolas até 2011 e alguém já começa assobiando dizendo que é um número muito mais bonito.

Na verdade, muito mais do que oferecer isso, é uma necessidade do País ter uma educação profissional de qualidade com oferta suficiente para atendimento de todas as demandas sociais.

Eu gostaria de lembrar que há dois anos, quando se começou a concretizar os institutos federais, havia a previsão de em Santa Catarina existir apenas um instituto, o Instituto Federal de Santa Catarina, que seria criado a partir do Cefet, a antiga Escola Técnica Federal, mas fizemos gestão com a senadora Ideli Salvatti, que achou que era extremamente viável e importante que Santa Catarina, pelo destaque que tem na economia e na educação nacional, tivesse dois institutos. Então, tivemos o prazer que ter o Instituto Federal Catarinense, que começou com as escolas agrotécnicas federais de Rio do Sul, Concórdia, Sombrio e os colégios agrícolas de Camboriú e Araquari, da Universidade Federal de Santa Catarina; já em seguida, a unidade de expansão de Videira, que acho que muito brevemente, mais cedo do que a gente imagina, será um *campus* que já nasce com uma grande missão, uma grande tarefa, um grande desafio, qual seja, uma unidade em Fraiburgo, uma unidade em Luzerna e, talvez, mais algumas por aí - o diretor, o Paulo Hentz, está meio preocupado (*ri*), mas tenho certeza de que para ele é um prazer enfrentar esses desafios para ver realizado um sonho de toda a população de Santa Catarina, acredito.

Estamos hoje tendo o prazer de ver aqui um salão repleto de pessoas que estão interessadas realmente na educação e na melhoria da condição social e econômica da região em que vivem.

É muito importante a participação de todos vocês, porque não estamos aqui como Instituto Federal Catarinense para fazer o que a comunidade não deseja. Não sei se vamos conseguir atender de imediato o que a comunidade deseja, mas sairão daqui as melhores ideias e as melhores intenções para que o Instituto Federal Catarinense possa prover vocês de todo o ensino público e gratuito, repito, e de muita qualidade para o desenvolvimento da região.

Como o Derci colocou a questão das matrículas, gostaria de enfatizar a Lei 11.892, que foi promulgada agora, no dia 29 de dezembro de 2008. Ela deu o desenho da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como determinou que os institutos federais têm a obrigatoriedade de manter a oferta de matrícula no ensino técnico de nível médio em 50% e 20% em formação de professores, licenciatura principalmente, para prover de professores a rede estadual de ensino e também licenciatura nas áreas específicas de educação tecnológica. Sobram ainda 30%, que serão graduações, engenharias, bacharelados, cursos clássicos e pós-graduação. Nesse sentido, é bom a gente lembrar que os institutos federais de educação, ciência e tecnologia são instituições de ensino superior, devendo então realizar educação profissional em todos os níveis.

Sem querer me estender, acho que a comunidade de Fraiburgo e da região vizinha têm nas mãos agora a chance de fazer uma opção segura para ter a oferta de educação profissional pública e gratuita e de qualidade. O Instituto Federal Catarinense, posso dizer tranquilamente em nome do reitor Cláudio Koller, está de braços abertos esperando a comunidade para atendê-la naquilo que for possível e da melhor maneira possível.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado. Vamos abrir agora a palavra aos demais membros da mesa e à plenária.

Com a palavra o senhor Rui Vital Batagelo, representado o prefeito de Fraiburgo.

O SR. RUI VITAL BATAGELO - Meus cumprimentos ao deputado Pedro Uczai, aos demais componentes da mesa; à equipe de profissionais da Assembleia Legislativa; aos representantes de segmentos organizados da nossa sociedade; aos alunos; às senhoras e aos senhores.

Como já foi dito aqui, o prefeito não pôde se fazer presente porque está acontecendo agora uma audiência pública sobre a elaboração do plano local de habitação de interesse social, que faz com que o município se habilite a ter acesso aos recursos do governo federal e participar do grande plano de habitação do governo federal, que prevê a construção de um milhão de habitações populares.

Em relação ao assunto que nos traz aqui, quero dizer que desde fevereiro de 1973 tenho a oportunidade de trabalhar aqui nesta instituição. Eu vim do Rio Grande na mesma época em que chegaram aqui o professor Getúlio, que se aposentou aqui neste estabelecimento, e o professor Tarcísio.

Sob a liderança do padre Biagio, um grande líder da comunidade, foi construído esse patrimônio com o apoio incondicional dos fraiburguenses. Aqui funcionou por muitos anos, até recentemente, a Escola Básica Sedes Sapientiae, estabelecimento mantido pelo governo do Estado, e a escola de 2º grau Sedes Sapientiae, que era um estabelecimento, digamos, privado, que alcançou na nossa região um grande destaque.

Com o passar dos anos, o governo do Estado construiu uma sede própria aqui nos fundos e a escola básica saiu. A escola de 2º grau, não quero aqui agora fazer comentários do porquê, foi encolhendo suas atividades e se extinguiu, mas aí surgiu uma luz, uma esperança, o Ceprov, um centro profissionalizante com recursos do governo federal, fazendo grandes melhorias aqui, mas que também, como falou o padre Wilson, chegou num impasse, mas agora um novo horizonte, uma nova e grande esperança se abre aqui para nós, fraiburguenses: ter um ensino federal particularmente técnico.

Quero dizer em nome do prefeito, que assim me pediu, que a prefeitura está torcendo para que isso dê certo, bem como que estão sendo feitos encaminhamentos para resolver algumas questões que o município possui aqui na Linha Brasília para regularizar as escrituras e ceder um terreno para essa unidade que esperamos que aqui aconteça, para que esse local possa servir para treinamento, experiências, particularmente para cursos na área da agricultura, especialmente na área da fruticultura.

Para encerrar, quero dizer que a administração municipal está torcendo, está apoiando, esperando que isso realmente aconteça.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado.

Com a palavra o senhor Ricardo Velho, professor do Ifet de Rio do Sul, representando o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica Federal.

O SR. RICARDO VELHO - Boa-noite a todos e a todas.

Eu fico muito feliz em ver essa gente toda da região do Contestado novamente vindo contestar em prol dos seus direitos. Alguns são jovens há mais tempo (*ri*), como é o caso do Roberto, que faz alguns anos que luta muito por essa região, e não posso deixar de falar aqui de duas instituições que há muito tempo estão lutando por educação pública gratuita na região: na pessoa do professor Matheus, a Escola 25 de Maio, uma escola que é referência aqui dentro de assentamentos em áreas de reforma agrária, e na pessoa do professor Gilson, que deve se posicionar em seguida, a Associação Paulo Freire, que há muito tempo constrói educação em toda a região. Por conta disso, são portadores de um projeto histórico, como dizia um companheiro chamado Florestan Fernandes, dos de "baixo". Esta audiência pública é um marco histórico para a região porque os de "baixo", nós, os alunos, a juventude, os trabalhadores, estão vindo colocar a mão, o dedo para escrever uma parte da história da região, da cidade, mas também do País. Uma escola federal dentro de uma região que há quinhentos e tantos anos é excluída de boa parte das políticas públicas. Faz quinhentos e poucos anos que as políticas públicas serviam só os de "cima", só os empresários, só as classes dominantes, setores conservadores da cidade que ainda estão se acotovelando por aí mas que agora estão sendo deixados para trás. Essa juventude e esses trabalhadores organizados, lutando e contestando as coisas, é que estão começando a escrever a história.

Então a gente pode ter um pouco de cuidado também, porque muitas vezes o processo é escondido nos resultados. Olhando o mapa que o colega apresentou, o resultado, às vezes as pessoas pensam "nossa, que bonito, várias escolas", mas esse resultado não pode esconder o resultado de vários anos de lutas, vários anos de conquistas, agora sendo realizadas, mais suor, sangue e lágrimas de muita gente dessa região contestada e batalhadora. Então, essa luta desses seculares anos de batalha por educação, pela presença do Estado, por saúde... A Prefeitura está realizando uma audiência neste momento sobre habitação de interesse social. São políticas que agora vêm, mas são conquistas, e essas conquistas precisam ser agarradas por quem as conquistou e, ainda mais: quando a gente aprende que consegue as coisas com organização, com batalha, com discurso, com conversa, com argumento, os poderosos tremem. Quando alguém aprende que pode ser sujeito da sua história, quem quer só mandar treme, porque está correndo o risco de perder o poder.

Parabéns a todos. Continuem a luta. Fico muito feliz quando o padre Wilson aponta que a partir desta audiência pública está praticamente marcada a presença de uma educação pública gratuita aqui na região.

Mais uma vez, parabéns a todos e bem-vindos ao começo da luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Ricardo.

Com a palavra o senhor Roberto Bonenberger, representando o deputado estadual Padre Baldissera.

O SR. ROBERTO BONENBERGER - Boa-noite a todos e a todas.

A partir da educação a gente vai construir efetivamente uma educação pública gratuita e de qualidade. Aqui na região isso é muito importante, não só para o município de Fraiburgo, mas também para Monte Carlo e Lebon Régis, o coração da Guerra do Contestado. Ainda hoje a gente realiza algumas ações nessa área cultural, nessa área do resgate e isso fica muito claro. A gente já fez um (*ininteligível*), que faz todo esse resgate, e é feito naquilo que é um processo de construção coletiva, a partir das organizações sociais e dos excluídos. É importante quando o governo federal propicia isso. Apesar da burocracia de um Estado pesado, ele consegue ir até o povo e propiciar que se manifeste, e quando o povo participa efetivamente, quando os movimentos sociais têm voz, têm vez, contribuem, não tem erro! É claro que os técnicos qualificados são extremamente importantes, porque vão dar encaminhamento. Agora, quem conhece, quem sente na pele são os trabalhadores e as trabalhadoras, que estão à margem da sociedade, mas hoje estão conquistando o seu espaço.

Então, nós, do gabinete do Padre Pedro, temos acompanhado esse processo da organização social nessa região, especialmente na Escola 25 de Maio, também com o pessoal da área da educação e cultura popular, a Associação de Capoeira e Arte Popular, a Associação Paulo Freire, a Associação Vital de Karatê-dô. A gente está muito feliz por estar aqui presente para ajudar a construir esse processo de libertação e de construção de cidadania. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Roberto.

Antes de a plenária se manifestar, para direcionar bem as falas quero relembrar o que já foi colocado: o padre Wilson fez um histórico e o Conselho, junto com ele, tem a decisão de federalizar a Fundação; o Derci colocou, do ponto de vista político, que o governo do presidente Lula, não só a senadora, tem decisão de expandir as escolas técnicas federais. Ele fez um círculo lá, quase escreveu Fraiburgo (*ri*), mas, respeitando este momento democrático, quer ouvir também a posição de vocês e das lideranças.

O padre Wilson colocou que está convencido de que esse é o caminho; o Antônio, representando o Instituto Federal Tecnológico, abre as portas, junto com a unidade de Videira, com todos os desafios que tem (está aqui o Paulo), para construir essa extensão aqui em Fraiburgo.

Queremos saber a posição de vocês em relação a esse processo para depois buscarmos um entendimento; se esse é o caminho que todos devem seguir a partir desta audiência pública ou se tem outro caminho que vocês querem propor. Em seguida, discutiremos os encaminhamentos que o Ricardo e os demais colocaram como sugestão aqui.

A primeira inscrita é a senhora Marli, a quem concedemos a palavra por até dois minutos.

A SRA. MARLI TEREZINHA CARDOSO CÓRDOVA - Boa-noite a todos.

Eu represento a Associação dos Amigos Pró-Memória Padre Biagio Simonetti (Aprobs), uma associação fundada em 13 de novembro de 2003, após o seu falecimento. Ela tem como objetivo a proteção e a preservação da sua memória e do legado das suas obras.

Gostaria de cumprimentar o deputado estadual Pedro Uczai, os demais representantes desta mesa democrática e todas as pessoas que estão aqui mostrando interesse por essa obra que é do nosso povo, da nossa comunidade, que foi construída num sonho com o dinheiro do povo que nos antecedeu, uma gente humilde de anos atrás.

Nós, como associação, temos um único desejo: que esta instituição se destine prioritária e dignamente a seguir os propósitos e ideais do seu fundador, o padre Biagio Simonetti. É o nosso patrimônio, é o patrimônio dos fraiburguenses. Ela foi, por muitos anos, uma escola de referência na nossa região, mas depois de uma longa caminhada se perdeu, passou por caminhos tortuosos, mas não me cabe aqui elencar os fatos.

Se a federalização, que é esse ensino técnico público de qualidade, vai atender aos jovens da nossa região e da nossa cidade, nós, como associação que preserva a memória do fundador dessa obra, só podemos aplaudir e torcer pelo seu sucesso. E que essa administração seja comprometida, transparente e sem meias-verdades. Sendo assim, vamos aplaudir e torcer. Se a administração tem bons propósitos, se o governo também tem bons propósitos, nós, como povo e como representantes, achamos que é um caminho que temos que aplaudir. Que esse projeto realmente tenha sucesso, porque só assim vamos ver essa escola seguir por um caminho que foi sonhado pelo seu fundador, um caminho que ele sonhou para o futuro, e o futuro é hoje, já chegou, é agora.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Terezinha.

Com muita alegria, quero registrar a presença dos alunos e dos professores da Escola Municipal Urbana Professor Eurico Pinz, do

bairro São Miguel, terrinha do professor Orlando; e da senhora Elinilce Dalagnol, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Fraiburgo, que está fazendo, inclusive, abaixo-assinado do salário mínimo estadual.

Com a palavra o senhor Edegar Müller, pastor da Igreja Luterana do Brasil.

O SR. EDEGAR MÜLLER - Boa-noite a todos.

Gostaria de cumprimentar os membros da mesa, o pessoal da Assembleia, os alunos e os demais presentes.

Um educador chamado Martinho Lutero revolucionou a educação na Idade Média. Mexeu muito com os políticos da época, com aquela sociedade que achava que estava tudo bem enquanto 99% das pessoas não sabiam ler nem escrever. O conselho que ele deu aos políticos da época foi o seguinte: para cada real investido na segurança e na política, que fossem investidos dez na educação, pois assim não haveria problema de marginalidade.

Parabéns pela iniciativa. É desejo nosso participar e dar todo o apoio a esse trabalho que está sendo realizado. Que não se pense em fechar escolas de 2º grau, como está ocorrendo atualmente. É uma lástima! Não precisava fazer isso!

Falou-se muito do padre Biagio. Ele lutou. Concorro com a professora Marli, deve ser revista essa questão de se fechar o 2º grau. Esperamos que a sociedade se movimente, que isso volte, pois precisamos de educação. Esse é o único meio de mudarmos o Brasil.

Todas as lideranças educacionais trabalharam por isso. Hoje o Brasil está em nossas mãos. O que vamos deixar para os nossos filhos e netos?

Parabéns, alunos; parabéns, sociedade. Contem conosco!

Que Deus abençoe os membros da mesa.

Este é o caminho para mudar o Brasil. Parabéns pelo primeiro passo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, pastor.

Com a palavra o professor Sandro Morando, superintendente da Fundação.

O SR. SANDRO MORANDO - Boa-noite a todos e a todas, especialmente a uma professora batalhadora que foi em busca e conseguiu trazer o Ifet para Videira, que é a Rosa, que foi uma batalhadora nesse tempo todo.

Nós vamos nos aproveitar do seu sacrifício, Rosa, para fazer com que esse anseio de transformar o Ceproff em um Ifet se torne realidade, pois uma das formas que a gente tem para melhorar a condição de vida das pessoas é trazer a educação mais para perto.

Fazendo referência ao que o pastor Edegar falou, enquanto são fechadas escolas, estamos procurando abrir muito mais caminhos, muito mais conhecimento para toda a população de Fraiburgo e região. No ano passado, quando assumimos, não conhecíamos a fundo todo o projeto do Ceproff. Nós parabenizamos os que fizeram esse projeto, que é um projeto muito bom, mas que hoje está praticamente parado, esperando uma oportunidade, como esta de hoje que estamos dando para que isso se concretize; que todo esse material que aí está sirva para toda a comunidade, fazendo com que se tenha mais conhecimento.

Quero dizer que com o empenho de todos nós, fraiburgueses, vamos conseguir chegar ao nosso objetivo. A partir deste momento, desta audiência pública, vamos fazer com que Fraiburgo seja contemplado com um Instituto Federal Tecnológico. Que todos tenham direito a uma educação pública de qualidade. E mais tarde, se for o anseio de toda a comunidade transformar isso em Ifet, vamos ter também cursos de graduação, pós-graduação e mestrado.

Antes de encerrar, gostaria de agradecer a presença de todos vocês - no início desta audiência, até falei para o padre que achava que não viria muita gente, mas estamos vendo agora que educação é prioridade, tem muita gente preocupada com a educação de seus filhos, de seus netos e até querendo voltar a estudar para ter uma dignidade a mais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Sandro.

Com a palavra o senhor Jilson Carlos Souza, da Associação Paulo Freire de Educação e Cultura Popular (Apafec).

O SR. JILSON CARLOS SOUZA - Boa-noite a todos e a todas.

É uma grande satisfação para nós, da Apafec, participar desta atividade.

Gostaria de cumprimentar o deputado Pedro e os demais membros da mesa e de agradecer, especialmente, aos estudantes que estão aqui, já que a razão desta audiência são eles.

Eu fico muito feliz em saber que estamos aqui como remanescentes dos caboclos e das caboclas que tombaram para libertar esta terra.

Hoje estamos dando mais um passo, não é, Ricardo? Estamos nos libertando ainda mais!

Um cara chamado José Martí, ideólogo da Revolução Cubana, sempre disse que o único jeito de ser livre é ser culto. Partindo desse

princípio, quero lamentar profundamente a ausência aqui da secretária de Educação do município.

Se a responsável pela educação do nosso município não está presente neste momento histórico, tem alguma coisa errada nessa área. Precisamos discutir e pensar nisso.

Quero aproveitar a oportunidade para colocar a esta Comissão a situação da escola em que atuo há cinco anos, a Escola Agrícola 25 de Maio.

Hoje, deputado, parte dos nossos estudantes não conseguiu chegar até a escola porque as estradas não permitiram. É uma vergonha para o nosso município saber que numa escola que tem trezentos estudantes e trinta educadores os estudantes não podem comparecer porque as estradas não oferecem condições.

Então, esta audiência vem neste sentido também. Vamos pensar para o futuro? Vamos! Mas vamos também defender e ajudar a construir um espaço que já existe há 22 anos.

Que fique registrado aqui e nos anais desta Comissão que essa escola já luta há 22 anos pela educação em Fraiburgo. Ela tem um curso técnico em agroecologia há seis anos, já formou mais ou menos 80 estudantes de 26 municípios do nosso Estado em técnico em agroecologia.

Eu quero aproveitar a presença dos vereadores, que também são do partido da atual administração, para pedir que tomem providências, porque os estudantes serem impedidos de ir para a escola por falta de estrada tem alguma coisa errada no nosso município. É preciso rever isso com urgência.

Quero falar agora, rapidamente, sobre o documento que temos. Entregamos em junho do ano passado um documento subscrito por 21 entidades da região propondo alguns cursos de nível técnico, alguns cursos de nível em licenciatura e alguns cursos de nível de bacharelado.

Quero deixar esse material com a Comissão e fazer uma proposta de encaminhamento: que seja feita uma audiência pública para discutir os cursos que terão nessa extensão do Ifet aqui em Fraiburgo no lugar do Ceproff.

O conjunto dessas 21 organizações apoia a federalização do Ceproff, sim, entendendo que é um passo extremamente importante para Fraiburgo e região do Contestado.

Desculpem-me pelo desabafo, mas era necessário.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Jilson.

Gentil, você seria o próximo a fazer uso da palavra, mas tem uma aluna que gostaria de falar agora, pois precisa sair em seguida. E aqui estudante tem vez, voz e voto. Pode ser?

(O senhor Gentil Marini acata o pedido do deputado Pedro Uczai.)

A JOVEM JOSIANE MATTEUCC - Boa-noite a todos os presentes.

Como aluna da Escola Gonçalves Dias, só tenho que agradecer pela iniciativa desse projeto, que, sabemos, só vem para apoiar a nossa carreira profissional.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Josiane.

Com a palavra o senhor Gentil Marini, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo, representando o deputado federal Cláudio Vignatti.

O SR. GENTIL MARINI - Boa-noite.

Quero saudar o deputado Pedro, os demais participantes da mesa, a minha professora do ensino básico e, em seu nome, saudar todas as mulheres presentes, felicitando-as pelo Dia da Mulher, ocorrido no dia 8 de março; o professor Rui, que foi meu professor no ensino médio, e, em seu nome, saudar todos os professores presentes.

Na sexta-feira, conversei com o deputado Vignatti sobre a questão da educação, a questão do Ceproff, e foi muito bem colocado pelo Derci todo o empenho, todo o esforço do deputado em nível estadual em defesa da educação.

É uma honra representar o deputado Vignatti neste momento, mostrando o meu compromisso de contribuir com o Ceproff aqui nessa luta, padre Wilson.

Quero dizer a todos que o padre Biagio foi o grande mentor da educação como um todo em Fraiburgo, vamos dizer assim. Apesar de não ter sido meu professor, tive a felicidade de aprender muito com ele durante três anos em que convivemos na mesma casa. Uma das coisas que ele dizia é que o mais importante é fazer com que as pessoas voltem a sonhar, a ter esperança, a lutar por dias melhores.

Quero registrar, deputado, que neste momento todos aqui estão vendo se realizar um pouco esse sonho.

Como sindicalista, representando aqui os trabalhadores e as trabalhadoras, pedindo licença aos sindicalistas presentes, quero dizer da importância para nós, trabalhadores, trabalhadoras, filhos e filhas de trabalhadores, desse momento histórico da federalização. Os que não tiveram a oportunidade de estudar, vão poder estudar agora.

Um abraço, Rosa, pela tua luta. Parabéns. Acho que Videira, Fraiburgo, toda a região está sendo premiada na educação;

Quero agradecer à secretária da Educação de Lebon Régis pela presença - até conversamos um pouquinho: nunca se viu tanto pela educação neste País como está se vendo agora.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Gentil.

Com a palavra a aluna Tailana Mello.

A JOVEM TAILANA MELLO - Cumprimentando todos os presentes, quero dizer, em nome dos jovens, bem como da Escola Eurico Pinz, que é uma enorme satisfação participar desta audiência pública para apoiar com enorme orgulho esse projeto, já que vamos ser os maiores beneficiados. Se isso chegar a acontecer, vai ser muito bom para nós, afinal, somos o futuro deste país e precisamos muito ter capacitação para poder chegar lá.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Tailana.

Vamos agora aos encaminhamentos.

Quanto à federalização do Ceproff, com cessão de uso real por 25 anos, tem consenso, vocês apoiam essa ideia?

Levantem a mão, aplaudam, manifestem a posição de vocês! *(Palmas.)*

Muito bom!

Alguém se opõe? *(Pausa.)*

Alguém se abstém? *(Pausa.)*

Então, por unanimidade, está aprovada a federalização do Ceproff nesta audiência pública.

Como disse o padre Wilson, o caminho certo é federalizar, e não só 50% de gratuidade nos cursos, mas 100%.

Também ficou claro aqui na audiência que vai ser uma extensão da unidade de Videira (estão aqui o diretor, os professores e os coordenadores da unidade de Videira), bem como que não terá só cursos técnicos, que, em médio e em longo prazo, será implantado curso superior, será uma universidade tecnológica chamada Instituto Tecnológico.

Quero deixar isso claro, porque o que está sendo discutido nesta noite não são somente os cursos técnicos, mas a transformação em Ifet. E o que é Ifet? É o horizonte de ter aqui em Fraiburgo também graduação - 20% para a formação de professores na área de licenciatura e 30% na área tecnológica, que terá não só graduação, mas, futuramente, pós-graduação.

Vocês concordam com essa ideia de Ifet aqui? *(Palmas.)* Não só técnico, mas também faculdade, universidade, instituto tecnológico. *(Palmas.)*

Então, podem espalhar por aí que não vai ter só cursos técnicos. No futuro vai ter faculdade, graduação e pós-graduação pública e gratuita como Instituto Federal de Educação. Se todos em Fraiburgo soubessem dessa boa notícia, tenho certeza de que teria muito mais gente aqui aplaudindo com vocês.

Outro encaminhamento: o Rui, em nome do prefeito, assumiu o compromisso de ceder um terreno para a possibilidade de utilização pela nova entidade federal.

Também foi levantada aqui a necessidade de se discutir em outra audiência pública quais cursos são mais importantes num primeiro momento, em curto, médio e longo prazo, enfim, quais os projetos que deveriam ser implantados aqui.

A esse respeito, eu gostaria de fazer um parêntese aqui: tive a alegria de poder participar de uma audiência com os onze doutores que vão implantar a Universidade Federal no oeste de Santa Catarina, com sede em Chapecó, sudoeste do Paraná e noroeste do Rio Grande do Sul. É mais uma universidade federal. Sendo assim, trouxemos a síntese da Via Campesina, da Fetraf e de outros movimentos sociais, colocando o debate, junto com a Comissão, de que o acesso tem que contemplar, proporcionalmente, por exemplo, os alunos da escola pública da região - se são 60% alunos de escola pública, 60% têm acesso à universidade pública; em segundo lugar, lá foi discutido cota, inclusive para agricultores, filhos de agricultores nessa nova universidade pública federal, e outras discussões de acesso; em terceiro lugar, a discussão de novas estruturas para dar condições aos alunos de continuar estudando, não só ter gratuidade, mas alimentação, alojamento para quem vem de outras regiões.

Eu não sei se há necessidade de todos esses temas, quais os cursos, como viabilizar projetos, recursos... Então, fazer uma audiência pública em outro momento para ouvir a comunidade, com a participação de mais lideranças.

Tem consenso esse encaminhamento? *(Pausa.)*

Então, será feita uma audiência pública para discutir tudo isso.

Como há democracia aqui, não estamos fazendo nenhuma discussão política, quero pedir ao Rui que leve um recado: queremos melhorias nas estradas que dão acesso à Escola 25 de Maio.

Antes de encerrar esta audiência pública, quero dizer que para mim é uma alegria estar aqui nesta noite. Esta é a primeira

audiência pública em que participo como presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa.

Usando as palavras do Gentil, é um momento histórico que estamos vivendo não só para vocês reivindicarem uma escola técnica federal. O Derci já quer colocar lá no mapa! *(Ri)*

Derci, peço que leve um grande abraço para a senadora Ideli pelo seu empenho. Nós estamos fazendo uma audiência pública e ao mesmo tempo, por unanimidade, estamos decidindo que vai ter escola técnica federal aqui. Olhem a alegria que estamos tendo nesta audiência! Não é reivindicando para o futuro! Já tem a possibilidade concreta dos passos que o padre Wilson, como presidente, vai dar na cessão real de uso e o governo federal poderá implantar aqui a escola técnica. Acho que este é um momento histórico para vocês.

Como educador há mais de vinte anos, como professor universitário, eu vivi muitas emoções: quando fui prefeito de Chapecó, implantamos lá a Udesc, pública e gratuita - a Udesc tinha que se expandir para outras regiões do Estado; agora vamos ver nascer, depois de 49 anos, como disse o Derci, mais uma universidade pública e gratuita, e, paralelamente ao *campus* de Curitiba, aqui perto de vocês, novas escolas técnicas federais não só com ensino técnico, mas 50% de ensino superior, inclusive pós-graduação. Imaginem a revolução que vai ser feita nas nossas regiões, no nosso Estado, no oeste de Santa Catarina!

Como deputado, fui autor do artigo 70, das bolsas de estudo das universidades do Sistema Acafe. Já tive alegrias enormes, já vi alunos poderem estudar porque conseguiram bolsa de estudo - e o governo do presidente Lula agora está permitindo mais 24 mil bolsas de estudo do ProUni para Santa Catarina.

Eu já disse para o Antônio e quero dizer para vocês que respeitamos todas as posições, democráticas, como foi esta audiência pública, mas, como professor, tive a oportunidade de fazer mestrado e doutorado porque ganhei bolsa de estudo, tive bolsa de estudo do governo federal. Dizer que precisou um operário ser presidente deste País para fazer isso que o Derci escreveu aqui! Um mapa da revolução na educação deste País! Por isso não posso deixar de falar da minha alegria como educador.

Há quinze anos escrevi um texto falando do sonho de se ter universidade pública na nossa região e agora vejo esse sonho materializado. Em 2009, 2010 já teremos as primeiras vagas, os primeiros cursos - em Curitiba já em agosto e, quem sabe, para vocês aqui em...

Padre, qual é o sonho de vocês? No ano que vem já começar a funcionar? *(Manifestações inaudíveis fora do microfone.)* Vocês querem já a partir de agosto. O Antônio deu uma risadinha e o Paulo, diretor de Videira, já se mexeu na cadeira! *(Ri)* O padre Wilson quer o que a comunidade quer: começar já em agosto. Este é o desejo, a vontade, mas mesmo começando em março, imaginem a vitória! Se for agosto, melhor ainda!

Em memória ao padre Biagio... Quantas vezes ouvi aqui do Orlando e de tantos outros sobre o padre Biagio! Esta audiência pública significa a sua ressurreição, ressuscitando essa escola, ressuscitando a experiência de uma escola federal pública e gratuita para o povo de Fraiburgo e região. *(Palmas.)*

Isso me emociona! Obrigado a todos vocês!

Quero agradecer ao padre Wilson, ao Sandro, a todo o Conselho que tomou essa lúcida decisão de encaminhar; a todas as lideranças políticas - fico orgulhoso ao falar nesses políticos engajados, e digo isso em nome da senadora, do deputado Vignatti, do deputado Padre Pedro e de outros que estão envolvidos nessa luta.

Derci, leve o meu abraço para a senadora Ideli, que fez aniversário ontem e vai fazer a festa no sábado.

Ao Antônio, representando o Cefet, o Ifet, o Instituto Tecnológico Federal, esse novo instituto, a todos os técnicos profissionais, ao Ricardo, que representa aqui os professores, aos diretores de Videira, a Rosa, o Paulo e o Rogério, que estão construindo esse processo, os meus parabéns por aceitarem esse desafio junto com Fraiburgo; aos companheiros Gentil, Roberto, Rui, à secretária de Educação de Lebon Régis, enfim, a todos vocês, em nome da Assembleia Legislativa e da Comissão de Educação, meus agradecimentos; à nossa equipe do Parlamento catarinense, profissionais que nos orgulham sempre, ao Marcos Ferreira, à Neusa, aos alunos, aos professores, a vocês, lideranças das entidades, só há uma razão para estarmos na política, nessa luta: fazer o Brasil mudar para melhor, cada vez mais, e a educação é um dos instrumentos dessa mudança, dessa transformação.

Fraiburgo, a partir desta noite, não será mais a mesma na sua história. Parabéns a todos vocês! Continuem nessa luta, nessa caminhada!

Quanto à realização de uma audiência pública, será conversado depois com a Comissão, e queremos ver este plenário lotado. Podem providenciar mais cadeiras, pois as que têm aqui serão poucas.

Um grande abraço a todos vocês.

Viva Fraiburgo e região! Viva a nova escola técnica federal!

(Palmas.)

(Encerra-se a audiência pública.)

DEPUTADO PEDRO UCZAI

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO SILMUTÂNEA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL E DE TURISMO E MEIO AMBIENTE REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia trinta e um de março do ano de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 0238.0/2008, que institui o Código Ambiental de Santa Catarina. Presentes pela Comissão de Constituição e Justiça os Senhores Deputados: Pedro Uczai, Marcos Vieira, Herneus de Nadal, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Jean Kuhlmann substituído por Darci de Matos, Sargento Amauri Soares e César Souza Júnior. Abertos os trabalhos o Presidente cumprimentou todos os presentes. O Deputado Romildo Titon, passou a relatar o Projeto de Lei nº 0238.0/08, exarando parecer favorável com emenda substitutivo global. Em seguida o Deputado Dirceu Dresch exarou voto de vista favorável ao parecer do relator com dez subemendas. Da mesma forma o Deputado Sargento Amauri Soares apresentou uma subemenda à emenda substitutiva global. Colocado em discussão e votação, foi aprovado o parecer favorável do Deputado Romildo Titon, nos termos da emenda substitutiva global, com a seguinte votação: os Deputados Cesar Souza Júnior, Marcos Vieira, Darci de Matos, Joares Ponticelli e Herneus de Nadal votaram com o relator; o Deputado Sargento Amauri Soares votou favorável com restrição e os Deputados Dirceu Dresch e Pedro Uczai se abstiveram. Nada mais havendo decidir no âmbito da Comissão, o Presidente passou a palavra ao presidente da Comissão de Finanças e Tributação dando continuidade e encerrou os trabalhos no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. E, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 31 de março de 2009.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia sete de abril de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Herneus de Nadal, Marcos Vieira, Sérgio Grando, substituindo Sargento Amauri Soares, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Jean Kuhlmann, Ana Paula Lima substituindo Pedro Uczai e César Souza Júnior. Aberto os trabalhos o Presidente colocou a discussão e votação a ata da quarta reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade, em seguida passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. **Deputado Herneus de Nadal**, relatou o Projeto de Lei nº 0022.7/09, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Joares Ponticelli, o Projeto de Lei nº 0308.7/08, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0249.2/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0360.0/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0053.3/09, exarou parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Joares Ponticelli e Cesar Souza Júnior, e o Projeto de Lei nº 0080.6/09, exarou parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete do Deputado Joares Ponticelli e Cesar Souza Júnior. **O Deputado Joares Ponticelli**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0385.9/08, exarou parecer de voto vista pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0041.0/08, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0058.8, 0043.1, 0051.1/09 e 132.1/08, exarando parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e os Projetos de Lei nº 0030.7/09 e 0005.6/08, exarou parecer pela diligência externa à ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº 0004.0/09, exarou parecer favorável, rejeitou a emenda do Deputado Jorginho Mello e acatou emenda do Deputado Renato Hinning, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei Complementar nº 006.2/09, exarou parecer favorável com emendas, que posto em discussão e

votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0079.2/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, e os Projetos de Lei nºs 0295.8/08, 0066.8, 0083.9, 0076.0, 0087.2, 0067.9, 0077.0, 073.7 e 0015.8/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e os Projetos de Lei nºs 0385.9/08, 0090.8, 0068.0, 0050.3, 0059.9 e 0088.3/09, exarou parecer pela diligência interna à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Jean Kuhlmann**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0401.3, 0402.4/08, 0054.4, 0044.2 e 0057.7/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0026.0/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Lei nº 0063.5/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0033.0/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar nº 0007.3/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, e o Projeto de Lei nº 0064.6/08, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0036.2, 0041.0, 0050.0/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0039.5/09, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Marcos Vieira, o Projeto de Lei nº 0553.7/07, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Cesar Souza Júnior, e o Projeto de Lei Complementar nº 004.0/09, exarou voto vista com parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, o relatório do Deputado Marcos Vieira, acatando emenda do Deputado Renato Hinning, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Marcos Vieira**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0047.5 e 0034.0/09, exarou parecer favorável à ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar nº 008.4/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0290.3/08, 0046.4, 0055.5 e 0042.0/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade. **A Deputado Ana Paula Lima**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0343.0/08 e 0052.2/09, exarou parecer favorável à ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 07 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia quatorze de abril de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Antônio Aguiar substituindo Herneus de Nadal, Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Pedro Uczai, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Jean Kuhlmann e César Souza Júnior. Aberto os trabalhos o Presidente passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. **O Deputado Joares Ponticelli**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0070.4/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0078.1/09, exarou parecer favorável com emenda supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0022.7/09, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, e o Projeto de Lei nº 0080.6/09, exarou parecer de voto vista favorável, rejeitando emenda, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete dos Deputados Herneus de Nadal, Pedro Uczai e Jean Kuhlmann. **O Deputado Marcos Vieira**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº 0010.9/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0010.3/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete dos Deputados Herneus de Nadal e Sargento Amauri Soares, o Projeto de Lei nº 0124.1/07, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por

unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0350.9/07, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0205.1/07, exarou parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete dos Deputados Cesar Souza Júnior e Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0361.1/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0337.1/07, exarou parecer pelo rediligenciamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Jean Kuhlmann**, relatou Projeto de Lei nº 0084.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai. **O Deputado Pedro Uczai**, relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 0122.0/08, 0021.6/09, exarou parecer favorável à ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 00395.0/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0374.6/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete do Deputado Herneus de Nadal, e o Projeto de Lei nº 0236.8./08, exarou parecer de voto vista favorável, por acordo foi redistribuído ao relator. **Deputado Dirceu Dresch**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei Complementar nº 0007.3/09, exarou parecer de voto vista favorável com emendas, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0071.5/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Cesar Souza**, relatou as seguintes matérias: os Projeto de Lei nº 0130.0/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0218.6/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete dos Deputados Pedro Uczai, Joares Ponticelli, Dirceu Dresch e Sarg. Amauri Soares, o Projeto de Lei nº 0273.2/08, exarou parecer pelo pensamento ao Projeto de Lei nº 0271.0/08, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0085.0/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete dos Deputados Herneus de Nadal e Pedro Uczai. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 07 de abril de 2009

Deputado Marcos Vieira

Vice-Presidente

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia quinze de abril de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Antônio Aguiar em substituição ao Deputado Herneus de Nadal, Dirceu Dresch, Deputado Joares Ponticelli e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente avocou e passou a relatar o Projeto de Lei Complementar nº 0004.0/2009, exarando parecer favorável com emendas modificativas, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de março de 2009

Deputado Marcos Vieira

Vice-Presidente

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 08 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES Nº 1.

Às onze horas do dia oito do mês de abril do ano de dois mil e nove, reuniram-se, sob a Presidência da senhora Deputada Ana Paula Lima, os senhores Deputados: Kennedy Nunes, Odete de Jesus, Ismael dos Santos representado pelo Deputado Darci de Matos. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em apreciação Ata da 2ª Reunião ordinária da Comissão, ocorrida no dia 25 de março de dois mil e nove, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra ao Senhor Deputado Darci de Matos que relatou o OF./0388.8/2008, manifestando-se pela aprovação que foi acompanhado por unanimidade dos presentes, em seguida o Deputado Kennedy Nunes relatou o OF./0012.1/2009, manifestando-se pela aprovação, posto em votação foi aprovado por unanimidade, relatou

ainda o PL./0403.5/2008 manifestando-se pela aprovação, posto em votação foi aprovado por unanimidade. Na seqüência o Deputado Darci de Matos apresentou ainda o parecer relatado pelo Deputado Rogério Mendonça, OF./0029.0/2009, que posto em votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida a Deputada Professora Odete de Jesus relatou o OF./0398.0/2008 manifestando-se pela aprovação, que posto em votação foi aprovado por unanimidade, e o PL./0220.0/2008, em que foi aprovado por unanimidade a diligência externa. Na seqüência a senhora Presidente falou acerca do ofício nº 131/2009 da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal convidando para o XI Fórum Legislativo Nacional de Direitos Humanos que ocorrerá no dia 15 de abril de 2009, na qual ela representará esta Comissão. Comunicou também da Reserva do nosso auditório para o dia 18 de maio de 2009 onde ocorrerá a apresentação do Relatório da Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida. E lembrou da Audiência Pública sobre a "Defensoria Pública em Santa Catarina" que será realizada em Joinville/SC no dia 22 de abril de 2009. Nada mais havendo a tratar a senhora Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pela senhora Presidente, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 08 de abril de 2009.

Deputada Ana Paula Lima

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 747, de 14/04/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 011/2009, referente à aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem na ALESC, obteve o seguinte resultado:

LOTES	EMPRESAS VENCEDORAS	VALOR GLOBAL R\$
1	PERSONAL MÓVEIS E ESCRITÓRIO LTDA	1.019.500,00
2	AMN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	440.000,00
3	KABICOL DISTRIBUIDORA LTDA	13.300,00
4	F. L. GERBER MÓVEIS	80.500,00
5	GRANMEYER MÓVEIS E EQUIP. P/ESCRITÓRIO LTDA	30.300,00
6	VALCIR DOMINGOS DA SILVA	5.450,00
7	F. L. GERBER MÓVEIS	1.600,00
	TOTAL	1.590.650,00

Florianópolis, 30 de abril de 2009.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

Pregoeiro

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2009

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO PLACAS DE AÇO ESCOVADO EM ALTO RELEVO COM LETREIROS NA FACHADA PRINCIPAL DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE, INCLUINDO CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO.

DATA: 13/05/2009 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 13 de maio de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 30 de abril de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATO**EXTRATO Nº 039/2009**

REFERENTE: 04º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 022/2006-00, celebrado em 04/04/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Ecoeficiência Consultoria Ambiental Ltda.

OBJETO: reajustar o contrato original em 20,89% correspondente à variação acumulada do IGPM/FGV, apurado no período de abril/2006 a março/2009, com eficácia a partir da competência abril/2009.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, II, "b" e § 8º da Lei nº 8.666/93; item 3.3.1 da Cláusula Terceira do Contrato original; e autorização administrativa.

VALOR: O valor mensal do contrato passa de R\$ 3.000,00 para R\$ 3.626,69.

Florianópolis, 17 de abril de 2009.

Deputado Jorginho Mello - ALESC

João Carlos da Silva Júnior - Sócio-Gerente

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 088/09****ISPERE - INSTITUTO PEDAGÓGICO DE REABILITAÇÃO E INCLUSÃO**

Of. nº 019/08

Joinville (SC), 17 de abril de 2009

Excelentíssimo Senhor

JORGINHO MELLO

Md. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Da: Diretoria do ISPERE

Para: Presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Assunto: Relatório 2008, remete

Senhor Presidente,

Com cumprimentos, como de praxe e em cumprimento às determinações dispostas nas Leis nº 10.436 de 1997 e 13.663 de 2005, estamos remetendo com este o RELATÓRIO e BALANÇO GERAL de 2008 juntamente com os seguintes documentos devidamente assinados.

1. Relatório descritivo das principais atividades
 2. Balanço Geral encerrado em 31.12.08 com demonstrativos
 3. Síntese das Gratuidades
 4. Parecer do Conselho Fiscal
- ANEXOS - Documentos
5. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deferimento do pedido de renovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS
 6. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
 7. Certificado de Regularidade do FGTS
 8. Certidão Negativa de Débitos Estaduais
 9. Certidão Negativa de Débitos Municipais
- Limitados a estas providências, expressamos consideração
Atenciosamente

PAULO VITÓRIO REGINATO

Presidente do Conselho Administrativo

Lido no Expediente

Sessão de 30/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 089/09**REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER****RELATÓRIO DAS ATIVIDADES 2007/2008**

A Rede Feminina de Combate ao Câncer de Maravilha foi fundada em 04 de junho de 1997. Esse ano completará 12 anos.

Têm sede na Avenida Araucária, 768 no antigo Posto de Saúde, junto a Sala de Vacinas do Centro Municipal de Saúde. Está aberta ao público, de segunda a sexta-feira, no horário da 07h30min às 11 h00min e das 13h00min às 17h00min horas.

A seguir as principais atividades da Rede nos dois anos de trabalho da qnta diretoria.

No biênio de 2007/2009 foram realizados 3507 exames; destes 15 apresentaram resultados alterados.

Para manter a Rede, foram feitas promoções como: rifa no dia das Mães, no Dia dos Pais, Pedágio. Há com desfile de modas (Tradicional) em parceria com Ótica Minerva, Dueto Modas, Salão da Mari, Jallos Cabeleireiro. No ano que passou houve o Baile dos Casais em parceria com o Grupo Alegria.

Na época da Páscoa foram vendidos casquinhas e cestinhas confeccionadas pelas voluntárias.

Em datas como Dia da Mulher e da Voluntária foram realizadas palestras para as voluntárias e suas convidadas sobre

motivação com Gilda Valente (Relações Humanas da Cooperativa Ceraça); Sandra Brogholino (psicóloga) de alimentação saudável com Cristiane Chitolina (nutricionista); ginástica corporal pela RoseJi Bonafé (fisioterapeuta). Essas palestras foram ministradas gratuitamente pelas profissionais do Município.

Houve participação da Rede no desfile dos 50 anos de Município.

O pedido das voluntárias foi realizando duas missas na Igreja Matriz em ação de graças, uma pela passagem dos dez anos de Rede e a outra pelo Dia da Rede Feminina Estadual de Santa Catarina, projeto que se tornou lei da Deputada Odete de Jesus.

Foram realizadas palestras, Confeccões Rudely, na Empresa Aurora, na Escola da Linha Consoladora, na APAE, alertando sobre prevenção do câncer em especial da mama e do colo de útero.

A Rede recebeu através do Deputado Jorginho Mello a pedido do vereador Janir Signor subvenção no valor de 3.500,00.

E da Fundação Nova Vida 2.000,00 com auxílio do deputado Estadual Herneus de Nada!

Equipes de voluntárias da Rede Feminina visitaram pessoas acometidas da doença câncer no hospital e em suas residências.

Em parceria com representantes do Avon, Secretária da Saúde houve um encontro UM Beijo pela vida, na Praça da Matriz, com esclarecimentos sobre prevenção do câncer de pele, da mama e do colo do útero.

Nos 2 anos também aconteceu o Feirão de Roupas na Sala de reuniões da Prefeitura Municipal em parceria com a Assistência Social do Município e outras entidades que fizeram à arrecadação.

Em frente a Praça Municipal foi organizado um bazar de artigos diversos recebidos da Receita Federal com ajuda do Deputado Herneus de Nadal.

Na sede da Rede foi vendido ao público roupas e calçados doados pelo Corpo de Bombeiros. No Brechó da Rede, aberto diariamente, sempre teve à venda roupas e calçados doados pela comunidade local.

No Natal, a Entidade doou brinquedos às crianças que se encontravam hospitalizadas e outras que se encontravam em recuperação junto a suas famílias, brinquedos esses oriundos da Fundação Nova Vida através do vereador Janir Signor.

Oito voluntárias da Rede participaram do Congresso Nacional da Rede Feminina realizado em novembro passado em Fortaleza Ceará.

Obtivemos auxílio financeiro da Prefeitura por dois anos, no mandato do Prefeito Senhor Juarez Vicari no valor de 300,00 reais mensais. Neste ano o Prefeito Senhor Orli Berger juntamente com a Secretária Municipal da Saúde, Senhora Marlise Sachetti colocou a disposição da Rede uma técnica de enfermagem, para fazer a coleta do material para exame, a mesma é paga pela prefeitura municipal.

Houve participação das voluntárias na Barraquinha da mulher evento promovido pela Empresa Aurora as suas funcionárias, onde as voluntárias esclareceram dúvidas sobre o câncer de mama e de colo de útero.

A Rede sempre se fez representar em todas as ações sociais, que foi convidada, como Posse de diretores de outras entidades, sessões da Câmara Municipal de Vereadores, Posse das autoridades executiva e legislativa e outros eventos.

Nestes dois anos, sempre contamos com o apoio de toda comunidade, autoridades, clubes, entidades e os meios de comunicação.

A rede conta para suas atividades com mais ou menos 30 voluntárias, que colaboram da maneira que mais lhes convém.

O valor arrecadado nas promoções sempre foi para manter a Rede e a parte não utilizada é colocada em poupança, reservado para construção da sede própria, o sonho de todas as voluntárias.

Maravilha, 20 de abril de 2009.

Maria Joana Divina

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 30/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 090/2009**INSTITUTO AUXILIADORA**

Ao

Presidente do CEAS

Florianópolis - SC

O INSTITUTO AUXILIADORA, sediado a Rua Tancredo Neves, 351, em Campos Novos/SC, vem respeitosamente apresentar à Vª. Sª. o relatório Circunstanciado de Atividades e demais documentos comprobatório de cumprimento de seus objetivos sociais, relativos ao ano de 2008, face a sua condição de entidade isenta das Contribuições para a Seguridade Social, em atendimento as exigências do art. 209 do decreto na 3.048, de 06/05/99 e arts. 317 e 318 da Instrução Normativa nº 100, de 18/12/03, publicada no DOU de 23/12/03, observadas as alterações da legislação determinadas pelo STF através

da ADIN nº 2.028-5 (Lei 9732/98), bem como da ADIN nº 2.545-7 (Lei 10.260/2001), como segue:

- XI- relatório Circunstanciado de Atividades;
- XII- demonstrativo Contábil e notas explicativas do documento contábil do ano 2008;
- XIII- cópia do Atestado de Funcionamento;
- XIV- cópia da Certidão do CNAS;
- XV- cópia do Certificado de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social;
- XVI- cópia da Certidão de Utilidade Pública do Município;
- XVII- cópia do Certificado de Registro 110 Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente;
- XVIII- cópia da Ata de Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- XIX- cópia, de certidão do Ministério da Justiça, de regularidade da Declaração de Utilidade Pública Federal;
- XX- cópia da convenção coletiva de trabalho;

Atenciosamente,

MARIA IVONE RANGHETTI

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 091/09

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE

Of. 06/2009

Joinville-SC, 23 de abril de 2009.

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A/C Sr. Jorginho Melo - Presidente

NESTA

A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, entidade civil, religiosa, filantrópica e assistencial, com sede à rua Princesa Isabel, nº 508, nesta cidade de Joinville-SC, declarada de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 975 de 09.10.1968, Estadual, Lei nº 4.369 de 22.09.1969 e Federal, Decreto-Lei nº 91.108 de 12.03.1985, vem através de sua Presidente solicitar a V. Sas. o **REQUERER** da "**Certidão de reconhecimento de Utilidade Pública Estadual**", de que a instituição é declarada de Utilidade Pública Estadual. Em anexo estamos encaminhando os seguintes documentos:

- Relatório de Atividades 2008;
 - Balancete financeiro do exercício de 2008, aprovado pelo Conselho Fiscal;
 - Estatuto Social da Entidade;
 - Ata de eleição da atual Diretoria;
 - Declaração que os membros da Diretoria não são remunerados.
- Nestes termos, pedimos Deferimento.

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE

Valdir Speckhann
CPF 293.815.259-00
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 30/04/09

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 122/09

Pune toda e qualquer forma de discriminação para cidadãos que disponham de formação superior ou tenham vida acadêmica regular em cursos autorizados pelo Ministério da Educação nas modalidades de Ensino à distância ou semi-presencial e dá outras providências.

Art. 1º Será punida toda e qualquer forma de discriminação ou manifestação que caracterize tratamento diferenciado entre Formados e acadêmicos matriculados em cursos nas modalidades de Ensino a distância ou semipresencial em relação aos cursos presenciais.

§ 1º Para fins do disposto na presente lei, entende-se por regularmente formados em Ensino a distância ou semipresencial, alunos que disponham de Diploma, Certificado ou comprovante de conclusão emitido por Instituição de Ensino Superior autorizada pelo MEC para o mesmo, ou em caso de estudante, apresente atestado de frequência ou comprovante de matrícula da Instituição de Ensino Superior.

§ 2º Entende-se por discriminação qualquer ação que caracterize tratamento diferenciado, cobrança de valores adicionais, proibição de participação de concursos que exijam diploma de nível superior, inscrição em associações ou entidades de classe que exijam formação superior ou, ainda, preterição no atendimento.

Art. 2º Compete ao Poder Público Estadual, através da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania e das Secretarias de Desenvolvimento Regional, o recebimento de reclamações e outros atos previstos nesta Lei.

§ 1º Para os fins do atendimento previsto no caput, a reclamação poderá ser apresentada por qualquer pessoa, física ou jurídica, direta ou indiretamente prejudicada.

§ 2º A reclamação poderá ser apresentada ao Poder Público Estadual, nos locais previstos, por carta, fax, e-mail, telefone, verbalmente ou qualquer outra forma de comunicação, juntando-se dados suficientes ao preenchimento de ficha de atendimento para posterior encaminhamento e apuração dos fatos apresentados.

Art. 3º Compete ao Poder Público Estadual, através da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania, a análise dos fatos narrados na reclamação e, se constatada infração à presente Lei, o encaminhamento aos órgãos competentes, visando à adoção das medidas cabíveis.

Art. 4º - Sujeitam-se a esta lei todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que mantém relação com a Administração Pública Estadual, direta ou indireta, abrangendo situações tais como relação jurídica funcional, convênios, acordos, parcerias, empresas e pessoas contratadas pela Administração e o exercício de atividade econômica ou profissional sujeita à fiscalização estadual.

Art. 5º Órgãos Públicos, estabelecimentos comerciais e associações civis que cometerem infrações a presente lei, estarão sujeitos às seguintes sanções, que serão aplicadas progressivamente, da seguinte forma:

- I - advertência
- II - multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- III - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- IV - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e proibição de contratar com a Administração Pública, Estadual por 1 (um) ano;

§ 1º. Os valores constantes dos incisos II, III e IV serão corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE;

§ 2º Fica a autoridade fiscalizadora autorizada a elevar em até 10 (dez) vezes o valor da multa cominada quando se verificar que, em face da capacidade econômica do estabelecimento, a pena de multa resultará inócua.

§ 3º A aplicação de qualquer das sanções previstas no inciso III acarretará a rescisão do contrato, convênio, acordo ou qualquer modalidade de compromisso celebrado com a Administração Pública direta ou indireta, e implicará na inabilitação do infrator para:

- I - Firmar contratos com a Administração Pública Estadual, direta, indireta, ou autárquica;
- II - isenções, remissões, anistias ou quaisquer benefícios de natureza tributária.

Art. 6º A infração ao disposto nesta lei praticada por servidor público estadual será considerada falta grave e sua reincidência, prática de ato de incontinência pública, sujeitando o infrator, respectivamente, às penas previstas nos Estatutos da respectiva categoria.

Art. 7º O conteúdo da presente lei deverá ser divulgado junto às repartições públicas estaduais, para conscientização dos servidores e dos catarinenses.

Art. 8º O poder executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, devendo observar, obrigatoriamente, os seguintes aspectos:

- I - mecanismos de denúncia;
- II - formas de apuração das denúncias;
- III - garantias para ampla defesa dos infratores;

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10º -Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,
Deputado Professor Grandó

Lido no Expediente
Sessão de 30/04/09

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei, vem no interesse de atender a uma demanda atual de acadêmicos que freqüentam ensino nas modalidades de Ensino a Distância e semipresencial, no Estado de Santa Catarina. Mais de 20 mil cidadãos residentes em nosso Estado, estudam atualmente nesta modalidade de ensino superior, normatizado pelo MEC e autorizado a funcionar pelo mesmo.

Estes cidadãos e cidadãs, tem enfrentado recentemente uma série de inseguranças junto ao mercado de trabalho por um preconceito aos acadêmicos desta forma de ensino. Ocorre que os órgãos governamentais ao autorizar um Instituição de Ensino Superior a funcionar e abrir cursos a distância determinam uma série de condições para a funcionalidade do mesmo, assim como em cursos totalmente presenciais, condições estas que impingem qualidade de ensino.

Os alunos do EAD (ensino a distância) freqüentam aulas, pesquisam, apresentam TCC, enfim, têm uma vida acadêmica absolutamente regular, e no último Enade - Exame nacional de desempenho de Estudantes, obtiveram melhores resultados que seus colegas de ensino presencial.

A LDB regulamentou os cursos de EAS, dispensando dos mesmos a necessidade de presença em sala de aula. Vejamos algumas considerações do Professor Universitário e Advogado Dr. Fabricio Cesar Chiantia:

O art. 47, parágrafo 3º da LDB traz ressalva da não obrigatoriedade de frequência de alunos e professores, nos programas de educação a distância, conforme determina o ano letivo regular da educação superior.

Senão vejamos:

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

Diante desse artigo e parágrafo, ora transcritos, entendo que, a LDB estabeleceu importante critério de diferenciação levando em consideração as peculiaridades da modalidade de educação a distância.

Passando à análise das disposições sobre a educação a distância na LDB, transcrevo o seu art. 80, parágrafos e incisos que trazem em seu conteúdo, o espírito de incentivo e desenvolvimento do ensino a distância para o Brasil.

Consigno, desde já, que o art. 80 da LDB foi regulamentado pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005.

Nesse passo, trago a baila, a alteração do parágrafo 3º do art. 80 da LDB que foi regulamentado pelo Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006. Sendo assim, isto significa que, o art. 80 e o seu parágrafo 3º foram alterados por decretos que regulamentam a sua aplicabilidade.

Senão vejamos:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (regulamentado pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (regulamentado pelo Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Seguindo à análise da LDB, transcrevo o art. 32 da mencionada lei, que por uma questão de equidade deve ser interpretado à luz do artigo 80, parágrafos e incisos da LDB. Isso porque, na interpretação desta lei, e em toda a sua extensão, se faz necessário buscar entender a intenção do legislador quando de sua elaboração, e neste caso, como se alinham os dispositivos no que tange a regulamentação da educação a distância.

Passo a interpretar do art. 2º do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005.

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;

II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) técnicos, de nível médio; e

b) tecnológicos, de nível superior;

V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) sequenciais;

b) de graduação;

c) de especialização;

d) de mestrado; e

e) de doutorado.

O art.2º do Decreto se compatibiliza com o art. 80 da LDB permitindo a educação a distância em todos os níveis e modalidades educacionais.

O art. 3º e parágrafos do Decreto preceituam o seguinte:

Art. 3º. A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional.

§ 1º Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

§ 2º Os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Este dispositivo do Decreto é de suma importância, pois trata com igualdade "todas" modalidades da educação.

O parágrafo 1º do art. 3º do Decreto estabelece que os cursos na modalidade a distância devam ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

O parágrafo 2o do art. 3º do Decreto preceitua que os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Sendo assim, extraio desse dispositivo, regulamentação que visa a "integração entre a educação a distância e a educação presencial".

O artigo 5º que ora transcrevo estabelece a validade no âmbito nacional dos diplomas e certificados de cursos de educação a distância. Prevê o Decreto a emissão de registro de diplomas dos cursos realizados na modalidade de educação a distância que deverá seguir as diretrizes da legislação vigente.

Importante ressaltar que o registro do diploma dos cursos de educação a distância seguirá os ditames do registro dos diplomas dos cursos presenciais nos termos do parágrafo único do art. 5º do Decreto que transcrevo abaixo.

Art. 5º Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Pelo Exposto pelo professor Fabrizio, é claro e consistente que quaisquer tratamentos diferenciados para alunos de EAD em detrimento de acadêmicos de ensino presencial é no mínimo injusto, ainda que em nosso entender ilegal.

Ocorre que atualmente em alguns locais do Brasil e também em nosso Estado, em alguns Concursos Públicos e também em Conselhos Regionais de determinadas categorias, tem ocorrido uma flagrante discriminação à estes catarinenses, o que, em nossa compreensão deve ser abolido. O Objetivo de nosso projeto é salvaguardar os interesses destes mais de vinte mil cidadãos que pagam impostos e se matricularam, dentro de normas legais, em cursos autorizados pelos órgãos competentes, e agora tem sido objeto de tratamento preconceituoso e ilegal.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 123/09

Declara de utilidade pública a Associação Coral Hospital Florianópolis, com sede no município de Florianópolis/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Coral Hospital Florianópolis, com sede no município de Florianópolis/SC.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Renato Hinnig

Lido no Expediente
Sessão de 30/04/09

Justificativa
Trata-se de entidade com relevantes trabalhos sociais no município de Florianópolis/SC, promovendo ações voltadas as comunidades da Grande Florianópolis.

Declarada de Utilidade Pública Municipal em 24/11/2008, vem requerer a declaração a nível estadual, para que possa usufruir das benesses outorgadas a entidades e instituídas por Lei.

*** X X X ***